
PARTE II

Artigos

O templo mesopotâmico como factor socioeconómico

*Toda a vida política
continuava a girar
em torno de dois pólos:
o palácio real e o templo.
Era aí que se encontrava
a força motriz
da cidade.*

Os templos, para além de lugares de culto e grandes monumentos civilizacionais, foram unidades económicas e administrativas com importância relevante nos destinos das cidades-Estado mesopotâmicas.

O desenvolvimento do poder temporal dos templos na Mesopotâmia coloca-nos o problema inerente nas suas relações com o poder político:

- De que forma pesavam os templos nas decisões dos soberanos?
- Teria, por sua vez, o poder político dominado o poder religioso?
- Ou alternativamente, existiu um desenvolvimento harmonioso nas suas relações?

A dimensão institucional do binómio templo-palácio

Sabemos que a questão não pode ser vista linearmente. Alguns autores assinalam a distinção entre o papel do clero e dos templos na tradição administrativa suméria em relação à babilónica¹. Tentemos analisar em algumas linhas, exemplos dessa caracterização em épocas e regiões diversas².

¹Ver JEAN GAUDEMET, *Institutions de L'Antiquité*, Paris, Sirey, 1976, p. 26.

²Ver A. FALKENSTEIN, "La Cité-Temple Summérienne" em *Cahiers D'Histoire Mondiale*, N.º 4, Vol. 1, 1954, pp. 784-814;

**António Ramos
dos Santos**
Instituto Oriental
da Universidade de Lisboa

Aos deuses sumérios deu-se-lhes sempre o título de *lugal*. Este foi também o título empregue por todos os reis da III dinastia de Ur.

O título de *ensi* dá a entender que no início o detentor do poder governamental era também a cabeça da casta sacerdotal do templo. Daí se infere a grande importância dos antigos templos na Suméria, quer na vida social, quer económica e cultural, nessa época³.

A extensão dos terrenos do templo era considerável. Contudo, pensa-se que junto a estes existiam terrenos que eram propriedade da comunidade rural, inclusivé de alguns membros das mais importantes famílias. Aliás, os estratos superiores da sociedade estavam intimamente ligados – grandes famílias/ grandes cargos administrativos (do Palácio ou do Templo), é um binómio que iremos verificar ser bastante correcto ao longo da nossa análise. Na Suméria, os *ensi* construíam templos para o culto da divindade dos seus soberanos⁴. Tal facto compreende-se não só pela enorme importância da religião nesta sociedade mas também pela interpenetração de interesses. Não devemos esquecer que o clero estava subordinado ao soberano. Em documentos da III dinastia de Ur encontramos menção a templos dedicados aos reis Šulgi, Šu-Sîn e Amar-Šîn.

Os templos dos reis divinizados são criações que se ligam simultâneamente ao domínio religioso e ao domínio civil, detendo, estes, uma função social e política. Entre eles, conta-se um hino ao templo de Šulgi em Ur, pertencente à colecção de hinos compostos para templos.

Vários são inscrições históricas que fazem alusão à construção de um templo consagrado ao soberano reinante⁵. Estes santuários eram provavelmente o meio pelo qual as autoridades procuravam incutir ao povo um valor, um mito. Desde logo, o carisma do soberano, utilizado num contexto político, afirmava a hegemonia de uma dinastia sob a Mesopotâmia e a unidade do Império reunido sob um só ceptro. Eis-nos de novo, remetidos para a questão fundamental, que é a do paralelismo da evolução das instituições civis e religiosas⁷.

As prerrogativas políticas das funções religiosas do rei são patentes no signo em que significa simultaneamente sacerdote e senhor. Com a expansão política produziu-se a laicização do poder político.

Na era de Gilgameš, parece que o chefe militar, o *lugal* conseguiu impôr-se ao sacerdote local, confinado nas suas funções religiosas.

Os templos conservaram, contudo, a sua força, e cerca de 2 400 a. C., dois membros da casta sacerdotal sobem ao trono em Lagaš⁸. Também para Emanuel Bouzon, tal etapa é tida como fundamental, conforme as suas palavras: “A estrutura da antiga

BENJAMIN FOSTER, “A New Look At The Sumerian Temple State” em *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, Vol. XXIV, Part III, 1981, pp. 225-241 e IGNACE J. GELB, “On The Alleged Temple and State Economies in Ancient Mesopotamia” em *Studi in Onore di E. Volterra*, VI, Milano, 1969, pp. 137-154, e KAZUKO WATANABE (ed.), *Priest and Officials in the Ancient Near East*, Heidelberg, Universitätsverlag C. Winter, 1999 e A.R. GEORGE, *House Most High. The Temples of Ancient Mesopotamia*, Eisenbrauns, Winona Lake, Indiana, 1993.

³ Ver JOSEF KLÍMA, *Sociedad y Cultura en la Antigua Mesopotamia*, Madrid, Akal Editor, 1983, p. 98.

⁴ Cf. E. BOUZON, *As Leis de Eshnunna*, Petrópolis, Vozes, 1981, pp. 18-20.

⁵ Ver H. LIMET, “Les Temples des Rois Sumériens Divinisés” em *Le Temple et le Culte*, Leiden, Nederlands Historisch-Archeologisch Instituut Te Istanbul, 1975, p. 84.

⁷ Cf. PAUL GARELLI, *L'Assyriologie*, Paris, PUF, 1972, p. 48.

⁸ *Idem*, p. 49.

sociedade suméria, baseada em um sistema de centralização tipo social-teocrático, sofreu durante o governo dos reis da terceira dinastia de Ur uma profunda transformação.

O templo do deus principal da cidade foi perdendo, aos poucos, o seu lugar de centro administrativo da região. O palácio do rei tornou-se, então, centro administrativo e político do país, o lugar das grandes decisões, a última instância de todos os casos pendentes.

A Babilónia assistiu, portanto, nessa época a um processo que hoje chamaríamos de secularização. Foi um processo paulatino, que começou muito antes de Ur III, quando o rei tornou-se um monarca absoluto.⁹ Outros autores consideram também a existência de tais condições históricas em Lagaš¹⁰.

Aí, as terras eram repartidas, numa proporção ainda incerta, entre as famílias nobres, as comunidades familiares não nobres e os templos.

O regime do templo é, todavia, o mais conhecido. As terras pertencentes ao santuário de Bawa ocupavam uma superfície de 4 500 ha¹¹. A administração do domínio era confiada a intendentess e a inspectores submetidos à direcção dos sacerdotes.

Tendo em conta o facto que uma grande parte do clero e da alta administração eram recrutados a partir dos membros da nobreza, poder-se-á dizer que a cidade se encontrava nas mãos de uma verdadeira oligarquia¹².

Dietz Edzard, ao abordar a questão etimológica da diferenciação entre os termos *lugal*, *ensi*, e *saga*, descobriu um conjunto de textos que também apontam, agora, para o período pré-sargónico, uma coexistência entre os sectores da nobreza e do clero, ou seja, entre “palácio” e “templo”.

Um filho de uma família dinástica exercia a função de *saga*, “supremo dirigente de um templo”, ascendendo posteriormente ao trono, “escolhido” pelo deus Ningirsu em cerimónia religiosa¹³.

Quanto a Babilónia, esta atinge o auge de expansão com a unificação de Hammurabi. O antigo país de Sumer e de Akkad é absorvido. Sumer enquanto entidade política morre definitivamente. Há unificação política e também jurídica Hammurabi uniformizou a jurisprudência. Contudo, o desenvolvimento das instituições civis não favoreceu a vida do cidadão.

Toda a vida política continuava a girar em torno de dois pólos: o palácio real e o templo. Era aí que se encontrava a força motriz da cidade¹⁴. Hammurabi reconstruiu as cidades conquistadas e adornou os templos com tronos para as divindades, visando atrair a confiança dos povos subjugados.

O sistema continuou a ser o da centralização tipo social-teocrático. O templo do deus principal da cidade era o centro de toda a administração, sendo o *ensi* simplesmente o representante da divindade.

O templo, como centro do governo e da administração, recebia o produto dos campos e o resultado do comércio, redistribuindo-os pelos habitantes.

A instituição da realeza conservou a estrutura teocrática, e o *lugal* = rei foi sempre

⁹ Cf. E. BOUZON, *As Leis de Eshmunna*, pp. 33-34.

¹⁰ Ver G. PETTINATO, “Il binomio Tempio-Stato e della seconda dinastia di Lagaš” em *Oriens Antiquus*, 7, 1968, p. 45.

¹¹ Cf. PAUL GARELLI, *o.c.*, p. 50.

¹² *Idem.*, p. 54.

¹³ Cf. DIETZ OTTO EDZARD, “La Royauté dans la Période PréSargonique” em *Le Palais et la Royauté*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1974, p. 149.

¹⁴ Cf. PAUL GARELLI, *o.c.*, p. 55.

considerado como um “designado” pelos deuses para governar o país¹⁵. Nesta perspectiva legitimista, devemos recordar o simbolismo existente no rito de renovação da cerimónia de abdicação do rei, presente nas festividades do Ano Novo babilónico¹⁶. Humildade perante o deus, subordinação a Marduk e ao seu clero, na pessoa do *urigallu*, o principal oficiante das cerimónias sagradas, como consequência do acto. Era a reinvestidura na realeza e na vice-regência do deus e símbolo do poder que a esfera do religioso possuía na esfera do político no Próximo-Oriente Antigo¹⁷.

Os templos cumpriam também a função de reprodutores de elites. A actividade escolar e escolástica tornou-os propagadores das artes e das ciências, criadores de pessoal especializado destinado à administração¹⁸.

Por vezes, destacados membros da nobreza e da família real ingressavam em funções sacerdotais de uma dada divindade, como refere Brinkman: “*A few king's sons who did not succeed to the throne are known from seals, and one of them held the office of chief priest (nisakku) of Enli.*”¹⁹.

A preparação de escribas estava ligada à própria função da escrita, ou melhor às inovações tecnológicas que tinham lugar nos templos. A escrita foi uma inovação do templo, tendo sido praticada primeiramente pelos sacerdotes.

A escrita e a contabilidade eram estabelecidas por uma administração sacerdotal que protegia uma arte realista.

Os templos eram “centros cruciais de inovação em técnicas administrativas especializadas com a escrita e a escrituração comerciais”, em parte talvez em paga do excedente agrícola que absorviam no serviço do deus. Já na parte final dos tempos proto-letrados, o conhecimento da aplicação da escrita à escrituração comercial teria fortalecido “as funções administrativas dos templo” e encorajado entre os seus praticantes “um sentido de desapego e superioridade relativamente às preocupações quotidianas da vida secular.”²⁰.

Poderemos mesmo dizer que os sacerdotes constituíam uma casta, não só numerosa mas também hierarquizada cujas funções múltiplas viriam a tornar-se hereditárias. “Burocracia de Estado”, diríamos nós, exercendo funções nos templos e no palácio, dominando as estruturas administrativas e produtivas do país²¹. Estamos, pois, perante o duplo fenómeno da gestação de elites a partir de uma elite sacerdotal já formada. Os interesses de um templo, ao serem lesados, podiam conduzir a uma reacção de tal modo forte que chegou, por vezes, à conspiração com potências estrangeiras.

O reinado de Nabónido é um bom exemplo desse tipo de confrontação. Em 553 a.C., durante o reinado deste monarca, a autoridade do estado sobre o templo cresceu e fortaleceu-se. Um comissário régio supervisor foi introduzido na hierarquia do templo, assim como um agente financeiro do “Estado”²², e a esta acrescen-

¹⁵ Ver E. BOUZON, *O Código de Hammurabi*, Petrópolis, Vozes, 1980, p. 15.

¹⁶ Ver E.O.JAMES, *El Templo (de la caverna a la Catedral)*, Madrid, Ed. Guadarrama, 1966, p. 133.

¹⁷ Cf. JOHN GRAY, *Near Eastern Mythology*, Londres, The Hamlyn Publishing Group Ltd., 1975, p. 28.

¹⁸ Cf. EDMOND SOLLBERGER, “The Temple in Babylonia”, em *Le Temple et Le Culte*, Leiden, Nederlands Historisch-Archeologisch Instituut Te Istanbul, 1975, p. 34.

¹⁹ Cf. JOHN A. BRINKMAN, “The Monarchy of the Kassite Dynasty” em *Le Palais et La Royauté*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1974, p. 403.

²⁰ Cf. JACK GOODY, *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1987, p. 68.

²¹ Cf. A.LEO OPPENHEIM, *Ancient Mesopotamia*, Chicago, The University Press of Chicago, 1972, p. 23.

²² Ver M.A. DANDAMAYEV, “State and Temple in Babylonia in the First Millenium B.C.” em *Orientalia Lovaniensia Analecta*, 5, Leuven, Departement Oriëntalistiek, 1979, p. 590. Cf. respectivamente: EDUAR-

taram-se outras medidas, como a transferência da capital para outra cidade (Sippar, Larsa ou Harran); e a supressão das festividades do Ano Novo, com as consequentes perdas de rendimento para o templo²⁴. Resultou da oposição do templo ao rei não só o final da dinastia mas também a anexação de Babilónia ao Império Persa, tendo sido reduzida a simples satrapia por Ciro.

Não gostaríamos de terminar sem completar o quadro com uma breve referência à diversidade entre Babilónia e a Assíria. Sabemos que as relações Templo-“Estado” se desenvolveram de forma diversa de região para região, devido às respectivas especificidades.

Os reis da Assíria nunca alienaram legalmente os seus domínios, que, por seu lado, nunca foram tão vastos como, os de que dispunham os templos em Babilónia. Os reis assírios quiseram conservar o controlo das terras, concentrando, assim, o poder no país²⁵.

O rei era o *šangû*, ou seja, o “administrador de Aššur”, e tinha por função aumentar o domínio territorial do deus. Mas não renunciou aos seus direitos em proveito dos templos. Mesmo quando a influência babilónica se fez sentir na organização religiosa da Assíria, não apagou as tendências profundas.

O rei permaneceu o principal dispensador dos recursos cultuais. Ele assegurava os sacrifícios e a manutenção do pessoal religioso através das antecipações efectuadas sobre as rendas dos domínios que são os dos deuses, os tributos dos países submetidos à autoridade do deus nacional, eventualmente o espólio apreendido aos inimigos de Aššur. Era através do poder centralizado do seu administrador que Aššur exercia a sua autoridade sobre o mundo.

Assim se compreende melhor o expansionismo assírio. O interesse no alargamento da soberania da Assíria interessava não só aos altos funcionários, que viviam dos rendimentos das suas províncias, mas também aos templos, que viviam dos rendimentos da coroa.

A conquista obtinha desde logo uma aprovação religiosa particularmente vigorosa. O alargamento territorial foi querido a muitos dos monarcas, e o rei na Assíria intitulava-se mesmo de “o dilatador das fronteiras e do território”.

As vantagens para o templo desta política de conquista advinham do facto de que o rei assegurava o essencial do abastecimento dos templos e a manutenção do pessoal dos mesmos. Todavia, a situação evoluiu a partir de Šamši-Adad, e sobretudo de Adad-nirari III, que promulgaram actos de privilégios a favor dos templos²⁶.

Os reis assírios intervieram por várias vezes em Babilónia a partir de 850 a.C., quer para restabelecer a ordem ao apelo dos soberanos desse país, quer para os subjugar.

Nessa época existiam três poderes em Babilónia: o poder real que tinha o seu centro na região de Diyala e na região de Badra (antiga Dēr); o poder das cidades-santuário administradas por cidadãos que fruía de privilégios; e o poder dos Caldeus no sul, o qual começa a demonstrar uma independência. Os reis assírios foram sempre bem recebidos nas cidades da planície, onde, aliás, costumavam fazer peregrinações, e

DO RIPOLL PERELLÓ, *Prehistoria e historia del Próximo Oriente*, Barcelona, Editorial Labor, 1975, p. 244; PAUL GARELL e V. NIKIPROEWTZKY, *El próximo orient asiático (Los imperios mesopotámicos. Israel)*, Barcelona, Editorial Labor, 1981, p. 96; JOSEF KLÍMA, *o.c.*, p. 60.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ver PAUL GARELL, “Les Temples et le Pouvoir Royal en Assyrie du XIVe au VIIIe Siècle” em *Le Temple et le Culte*, Leiden, Nederlands Historisch-Archeologisch Instituut Te Istanbul, 1975, p. 124.

²⁶ Sobre esta problemática ver PAUL GARELL, *o.c.*, pp. 116-124.

poder-se-á crer que tenham começado a levar para a Assíria a organização dos templos babilónicos.

As grandes cidades de Babilónia, como Borsippa e Kuta, eram dirigidas por cidadãos portadores de privilégios, como indica o rei Salmanassar III, e mesmo se as possessões dos templos não eram tão desenvolvidas como as que conhecemos nos documentos neobabilónicos, elas existiam visivelmente. É precisamente dessa época que datam os primeiros actos de franquia assírios. O sistema refere-se a terras francas, sabendo-se, por exemplo, que o *abarakku* de Aššur²⁷, estava dispensado das rendas anuais devidas ao Estado, ficando este encarregue de sustentar o templo, o que lhe podia deixar uma certa margem de benefício; o rei não tinha mais que assegurar as rendas religiosas e o deus continuava a receber o que lhe era devido.

Alguns autores falam mesmo da influência do “sistema babilónico de organização dos santuário” na realidade assíria, contudo Paul Garelli discorda desta posição, afirmando: “*Même lorsque l’influence babylonienne s’est fait sentir dans l’organisation religieuse, elle n’a pas effacé ces tendances profondes. Le roi est resté le principal dispensateur des ressources culturelles.*”²⁸.

Centralização e sector privado

As características e a evolução da economia na Mesopotâmia centram-se no binómio centralização/ sector privado. Sendo a tradição suméria a que possui um maior pendor centralizador, enquanto que a tradição semita é mais individualizada²⁹.

O poder e a importância dos templos sumérios eram consequência das suas grandes possessões territoriais, que haviam conseguido através de dádivas e oferendas que se faziam ao templo e ainda mediante compras.

Alguns autores afirmavam que todos os terrenos pertenciam ao templo, pelo que explicitaram o conceito de “cidades-templo”. Contudo, investigações posteriores demonstraram que existiam também terrenos que eram propriedade da comunidade rural e de alguns membros das mais importantes famílias.

A extensão dos terrenos pertencentes ao templo era considerável, estando estes divididos com fins vários. Uma quarta parte aproximadamente era directamente administrada pelo templo, empregando-se os benefícios obtidos para subvencionar os gastos do culto e da administração interna do mesmo; a segunda parcela, consistia nos terrenos que se colocavam à disposição dos empregados do templo para seu usufruto, que era hereditário e que podia ser transferido. O resto dos terrenos do templo arrendavam-se e como preço do arrendamento exigia-se a oitava ou a sétima parte dos lucros obtidos com as colheitas, até à época da III dinastia de Ur, e a partir de então uma terça parte.

Os latifúndios que os templos sumérios possuíam proporcionavam a estes um grande poder político e económico. Os lucros obtidos com os produtos agrícolas e artesanais e com os empreendimentos comerciais afluíam ao tesouro do santuário³⁰.

Os templos constituem um mundo à parte em termos de economia, afirma Gaudemet, porque ao lado dos sacerdotes podemos encontrar artesãos e artistas, cam-

²⁷ Titular de uma terra franca.

²⁸ PAUL GARELLI, “Les Temples et le Pouvoir Royal en Assyrie du XIVe au VIIIe Siècle”, p. 124.

²⁹ Ver G. PETTINATO, *o.c.*, p. 40.

³⁰ Cf. JOSEF KLIMA, *o.c.*, p. 99. Ver WILLIAM HALLO, “God, King and Man at Yale”, em *Orientalia Lovaniensia Analecta*, 5, Leuven, Departement Oriëntalistiek, 1979, p. 100.

poneses, um pessoal administrativo de intendentess e escribas. Possuíam os seus domínios, os seus armazéns, os seus tesouros.

Os seus meios consideráveis permitiam-lhes praticar a assistência, sob a forma de empréstimos a taxas favoráveis, e de doações de cereal durante as fomes³¹. Os documentos económicos da I dinastia de Lagaš dão a conhecer que os templos possuíam a maior parte da superfície arável nos períodos precedentes; desta forma, os templos eram os únicos proprietários dos latifúndios³².

A questão de se saber qual a formação económica que detém a supremacia sobre as restantes, numa perspectiva global, não é clara, e muito menos pacífica a sua resolução.

O estabelecimento da parâmetros rígidos e de aplicação linear revelava-se quase sempre errado³³. Quanto a Babilónia, a diferenciação continua a centrar-se no traço económico característico do povo dominante em determinada época. A economia babilónica é bastante mais complexa e mais estatizada do que a de outros povos do Próximo Oriente antigo, como a dos Egípcios.

Fundamentada na agricultura das planícies irrigadas, promoveu a sua exploração pelos beneficiários dos lotes do “Estado”, por colonos locatários ou sublocatários. Durante o reinado de Hammurabi a situação é clara, sendo o Palácio e o templo os pólos da vida socio-política da cidade³⁵. A actividade económica do templo na Babilónia antiga é tida unanimemente, pela maioria dos autores, como significativa³⁶. Os templos estavam extremamente relacionados com factores específicos de uma dada região; o seu desenvolvimento encontra-se condicionado não à grandeza geral, mas sim à particularizada.

Para Leo Oppenheim, os templos perderam o poder institucional, após esse período, com o avanço das instituições civis implementadas pelos monarcas³⁷. Em suma: feudalidade, estatismo e empresa individual privada, parecem ser conceitos intimamente ligados à realidade económica da Mesopotâmia num conjunto enorme de problemas³⁸. Terminemos esta questão com as palavras de Mario Liverani, porquanto estas colocam um ponto de situação: “*Più che a una inaccettabile e semplicistica contrapposizione di sistemi economici legati a due etnie (Sumeri «collettivisti» e Accadi «individualisti») occorre certo pensare al diverso grado di avanzamento di un processo di aggregazione attorno ad organismi supra-familiari, che al sud è stato portato a precoce compimento dalla necessità di unificazione del lavoro legata alla canalizzazione, mentre più a nord le cominità di villaggio hanno resistito più a lungo (se non sempre).*”³⁹.

* * *

No primeiro milénio a.C., em oposição aos inícios do segundo, a economia real estava organizada em Babilónia em termos de explorações familiares privadas, não desempenhando esta, por si só, algum papel importante.

³¹Ver Jean Gaudemet, *o. c.*, p. 26. Ver F.M. Heichelheim, *An Ancient Economic History*, Leiden, Sigthaff, 1970, p. 186.

³²Cf. G. PETTINATO, *o.c.*, pp. 41-49.

³³Cf. F.M. HEICHELHEIM, *o.c.*, p. 187.

³⁴Cf. PAUL GARELLI, *L'Assyriologie*, p. 55.

³⁵Cf. WILLIAM HALLO, *o.c.*, p. 104.

³⁶Cf. LEO OPPENHEIM, *Ancient Mesopotamia*, p. 187.

³⁷Cf. WILLIAM HALLO, *o.c.*, pp. 109-111.

³⁸MARIO LIVERANI, “Il modo di produzione” em *L'Alba della Civiltà*, vol.II, Torino, Unione Tipografica-Editrice Torinese, 1976, p. 35.

Nessa época, o papel dirigente da economia pertencia às explorações privadas e aos templos⁴⁰. Esagila em Babilónia, Eanna em Uruk, Ebabbar em Sippar, Ezida em Borsippa e Eimbin-Anu em Bilbat, eram os mais importantes templos do país durante o período neo-babilónico.

Nos finais dos séculos VIII e VII, eram muito prósperos, possuindo largas extensões de terrenos, centenas de escravos e estando envolvidos em várias operações comerciais.

Em geral, os templos possuíam grandes manadas de gado bovino, rebanhos de ovino, assim como as aves domésticas e outras espécies. Por exemplo, o templo de Eanna possuía cerca de 5000-7000 cabeças de gado bovino e 100 000-150 000 de ovino. Segundo alguns documentos, o templo de Eanna recebia durante um ano mais de 5000 kg de lã dos carneiros e ovelhas que lhe pertenciam⁴¹.

Alguns funcionários de alta patente estavam relacionados com o rei e, por vezes, influenciavam a política interna e externa do país.

A estrutura da administração do templo é melhor conhecida a partir dos arquivos de Eanna em Uruk, como veremos noutro capítulo. Ao tempo de Nabónido, a daí para a frente, muitos dos negócios do templo eram decididos em conjunto por três personagens, a saber: o presidente do conselho administrativo do templo, o seu adjunto e o comissário real. Por tal razão, eram designados de “plenipotenciários” – *qēpāni*.

Todos os funcionários do templo, excepto o comissário real e o escriba régio, eram escolhidos entre os membros da assembleia popular da comunidade do templo, dentro dos cidadãos babilónicos⁴². Um Conselho de oficiais plenipotenciários do templo e representantes dos cidadãos possuindo plenos direitos resolviam as questões mais importantes.

Uma semelhante estrutura administrativa era característica dos principais santuários, como o templo da suprema divindade Marduk em Babilónia (Esagila), do deus solar Šamaš em Sippar (Ebabbar), do deus Nabû em Borsippa (Ezida) e outros.

Os oficiais do templo assistiam frequentemente a actos de venda, quer de casas quer domínios fundiários. O rei, o príncipe herdeiro e altos funcionários do templo possuíam o direito de ordenação à administração do templo.

Um número considerável de documentos atesta que o rei e os seus subordinados interferiam activamente nos assuntos do templo, em particular nos que tinham carácter económico⁴³.

O rei e o escriba davam instruções aos oficiais do templo de Eanna respeitantes ao pagamento do aluguer pago em cevada. Os monarcas determinavam também as rações para os escravos do templo e as partilhas dos rendimentos das propriedades do templo através do pessoal deste.

A julgar por alguns documentos, a economia do palácio e das explorações privadas do templo estavam ligadas entre si, embora não sejam claros os seus antecedentes.

Uma casa pertencente a dado indivíduo era contabilizada como parte da propriedade real, mas foi posteriormente atribuída aos oficiais do templo de Eanna, que a arrendavam. O problema dos impostos é obscuro, mesmo para a época dos Aqueménidas⁴⁴.

⁴⁰ Cf. PAUL GARELLI, *L'Assyriologie*, p. 62.

⁴¹ Ver I.J. GELB, “The Ancient Mesopotamian Ration System”, em *Journal of Near Eastern Studies*, 24, 1965, p. 230.

⁴² Cf. M.A. DANDAMAYEV, “State and Temple in Babylonia in the First Millenium B.C.” em *Orientalia Lovaniensia Analecta*, 6, Leuven, Departement Oriëntalistiek, 1979, p. 589.

⁴³ Ver *ib.*, p. 591.

⁴⁴ Cf. *ib.*, p. 592.

A terra pertencia teoricamente aos deuses; por tal facto pensa-se que os proprietários tinham de pagar impostos ao templo cujo deus tinha direito de propriedade da terra.

Nos períodos neo-babilónico e aqueménida, a terra na maior parte dos casos era teórica e praticamente posse de quem a cultivava, caso não fossem colonos militares estabelecidos pelo rei, nem proprietários.

Em todos os casos os casos, a terra era vendida livremente, hipotecada, doada, etc., conforme bastantes documentos o demonstram, segundo Dandamayev: *"San Nicoló believed that there was no full exemption of temples from taxes and duties during the neo-Babylonian period, though numerous royal edicts granted different privileges to temples and theses privileges made temples practically independent from the state."*

*San Nicoló also believed that it was the King's prerogative to impose taxes and to exempt from taxation, and temple collected taxes only with permission of the King, who granted such a right in order to increase the temples' incomes"*⁴⁵.

Neste caso, as opiniões de grandes assiriólogos são coincidentes, sendo claro que a maioria dos rendimentos do templo consistia em vários tipos de impostos, o mais importante dos quais era a dízima.

Em muitos casos, esta era paga sob a forma de cevada e tâmaras, mas também e frequentemente em prata, espelta⁴⁶, sésamo, lã, tecidos, gado bovino e ovino, aves domésticas, peixe e produtos metálicos manufacturados, entre outros.

A dízima correspondia aproximadamente a um décimo dos rendimentos dos contribuintes; e aparentemente todos os habitantes do país pagavam dízimas dos seus rendimentos, cada um ao templo onde este possuísse terras ou outras fontes de rendimento⁴⁷.

Significativas mudanças políticas tiveram lugar em Babilónia, no que respeita aos templos, no período aqueménida. Durante os Caldeus, os reis e os membros da sua família pagavam aos templos dízimas anuais em ouro, prata, animais domésticos, etc.; os próprios Aqueménidas deixaram de pagar, apesar de manterem o dízimo como um imposto obrigatório para os seus súbditos.

Os reis da dinastia caldaica raramente interferiam nos assuntos do templo, sendo as contribuições deste para os rendimentos do Estado insignificantes, considerando que os próprios templos recebiam ofertas, escravos, ouro, prata, gado e outros produtos por parte dos reis.

Contudo, ainda sob o último rei caldeu (Nabónido), cujas actividades estão associadas com grandes reformas religiosas, foi criada uma "uma caixa especial do rei" nos templos, para a qual era fixada uma porção dos rendimentos do templo em carne, cevada, lã, etc., que lhe era loteada.

Tal caixa estava à disposição do "oficial especial do rei" denominado *rēš šarri amēlu ša mulḫi quppi*. Parte do rendimento pago pela administração do templo ao Palácio, em gado bovino e ovino, cevada e tâmaras, e outros géneros, denominava-se *Kurummatu šarri*, ou seja comida real.

Uma certa parte do pagamento de rendas proveniente das terras do templo era entregue ao Palácio.

Além disso, já durante os reinados de Nabucodonosor II e Nabónido (respectivamente Nabû-Kudurri-ušur e Nabû-na'id), os templos enviavam os seus escravos para trabalharem nas explorações familiares dos príncipes.

⁴⁵ *Ib.*, p. 593.

⁴⁶ Variedade de trigo.

⁴⁷ Ver M.A. DANDAMAYEV, "State and Temple in Babylonia in the First Millenium B.C.", p. 593.

Quando Ciro tomou Babilónia, deu à sua governação a aparência de uma união pessoal com os babilónios mantendo formalmente o seu reino, não alterando a estrutura social do país.

A autoridade de Ciro não foi vista como uma dominação estrangeira, porquanto ele a recebera formalmente das mãos de Marduk, segundo as antigas cerimónias sagradas. Não se alteraram as reformas de Nabónido, as quais visavam a delimitação da propriedade do templo.

Pelo contrário, sob os Aqueménidas, os templos eram obrigados a pagar em géneros impostos consideráveis ao governo; forneciam ainda provisões aos funcionários governamentais (governadores distritais, escribas, etc.), e comida ao conjunto de animais domésticos existentes normalmente numa fazenda, pertencentes ao rei. Mais, os templos cumpriam os deveres estatais enviando os seus escravos, trabalhadores agrícolas, carpinteiros, horticultores, entre outros, para trabalharem no Palácio Real de Babilónia e em outras cidades.

Fabricavam os tijolos para o Palácio e suprimindo outras necessidades. Comissários reais e agentes fiscais garantiam o pronto e exacto pagamento dos impostos e a execução dos deveres por parte dos templos.

Oficiais reais regulamentavam e verificavam o trabalho dos escravos do templo, enviados a executarem os deveres estatais.

Tal estava de acordo com a política aqueménida, respeitante aos templos: procurava-se reduzir os rendimentos destes sem ferir os sentimentos religiosos dos países subjugados⁴⁸.

Examinando a outro nível o templo de Uruk, o mais bem documentado, comprovou-se que a economia baseada na agricultura repartia em três categorias as terras em função do regime de exploração, a saber: terras cerealíferas, que se distinguiam entre si segundo a qualidade dos seus rendimentos; os palmeirais situados junto aos canais, as terras de pasto, mais ou menos abandonadas nas zonas lamacentas ou nas colinas dessecadas.

As terras de cultivo eram concedidas na forma de parceria, aos *errēšu*, ou sob a forma de arrendamento aos *ikkaru*. Os palmeirais encontravam-se submetidos ao regime especial de contratos para os cultivos propriamente ditos e parceria para os cultivos associados.

Finalmente, certo número de terras eram concedidas como prebendas (*isqu*) a servidores do templo: conjuradores, cantores, porteiros, padeiros ou pessoal de serviço (*girsequ*).

As rendas correspondentes a dias de serviço no templo podiam-se vender, interpermutar, empenhar ou herdar e constituíam uma importante fonte de benefícios.

As condições requeridas pelo templo para inscrição nos registos de *isqu* eram a exibição de uma acta de herança ou de adopção pelo titular anterior, o que demonstra que o bem devia ser patrimonial, e a ascendência de mãe livre. Dessa feita, o titular podia ser “adornado”, quer dizer, obrigado através de juramento.

O conjunto de terras devia proporcionar dízimos ao governador de Babilónia e ao Eanna, que exigia, além disso, oferendas diárias e excepcionais.

A base de tributação calculava-se de maneira diferente segundo o regime de propriedade.

⁴⁸ Artaxerxes (464-424 a.C.) terá restaurado as propriedades fundiárias dos sacerdotes de Marduk.

Mas, com a finalidade de dissimular a irregularidade dos rendimentos e de evitar a fraude, as autoridades levavam a cabo a estimativa da parte falida das colheitas que era confiada a uma comissão especial, composta por funcionários de templo, escribas e talvez vizinhança⁴⁹.

As operações duraram de três a seis semanas, segundo um estilo rotativo definido, e terminavam com festejos. O governo de Babilónia, que cobrava um dízimo sobre todos os domínios, e exigia uma participação do Eanna nos trabalhos de interesse público e no aprovisionamento da mesa do rei, tinha óbvio interesse em aumentar a importância dos rendimentos. Embora pareça que durante bastante tempo tinham sido muito baixos. Através do édito de Baltasar, por exemplo verificou-se que os resultados eram medíocres⁵⁰. Nesse documento imponha-se 40 kurru de tâmaras por kurru de terra, ou seja, 6000 l por 6,3 ha, taxa claramente inferior à produção moderna⁵¹.

Durante muito tempo, as autoridades contentavam-se com o nomear chefes de cultivo para intentar um aumento de produção. Contudo, aparentemente o governo não conseguiu obter melhoramentos, já que em 555, Nabónido aprovou a criação de arrendamentos gerais, cujo primeiro titular foi, segundo o que se sabe, Šuma-ukīn, filho de Bēl-Zēri, descendente de Buiya⁵².

É possível que o templo não visse com bons olhos tal criação, que o colocava excessivamente sob a dependência do poder central. Em 553, completou-se a medida com a substituição do escriba do templo por um oficial real, o já conhecido *rēš šarri bēl piqitti*.

Esta foi, possivelmente, a razão da nomeação em 550 a.C., como arrendatário, de um oblato do templo, Ibni-Ištar, cuja concessão incluía 2706 kur de terras cultiváveis, 432 bois entre outras coisas, mediante uma renda de 21 648 kurru de cevada. Logo a partir de 654 a. C. assistiu-se ao desmoronamento dos arrendamentos gerais: 2081 kurru de terras aráveis foram então destinadas à exploração individual e as demais terras parceladas a partir do reinado de Ciro. Não se deverão esquecer tais factos e outros congêneres, quando se evoca a hostilidade dos templos para com Nabónido.

Estas grandes explorações agrícolas eram também, como em outras épocas, centros de comércio activo, dispondo de oficinas de trabalhos manuais para transformação. Isto não significa que toda a actividade industrial e comercial estivesse concentrada nos templos e fosse por eles dirigida.

Também neste caso, a excepcional abundância de documentos sobre Uruk pode tornar-se enganosa. Os arquivos da família Egibi de Babilónia mostram que estes homens de negócios realizavam operações bancárias por conta própria: empréstimos individuais, financiamentos de sociedades comanditárias, depósitos, pagamentos por vencimentos de notas promissórias.

Muitos dos seus mandatários eram dignitários da própria corte, membros da sua própria família ou representantes de negócios⁵³.

Por vezes, também se viam obrigados a concluir empréstimos, por falta de liquidez, para os seus empreendimentos agrícolas.

Mais tarde, na época persa, os Murašu de Nippur dedicaram-se a empresas seme-

⁴⁹ Sobre este assunto ver: FRANCIS JOANNÈS, *Textes Économiques de la Babylonie Récente*, Paris, Éditions Recherche sur les Civilisations, 1982.

⁵⁰ Édito promulgado em 550 a.C..

⁵¹ Cf. PAUL GARELLI e V. NIKIPROWETZKY, *o. c.*, p. 106.

⁵² Mercador e “*bēl piqitti*” no reinado de Neriglissar (Nergal-šara-ušur) durante os anos de 559-556 a.C.).

⁵³ Cf. *ib.*, p. 107.

lhantes. Estes exemplos, infelizmente também isolados, deixam entrever a diversidade das actividades económicas do Império. Poderiam mudar, sem dúvida, a impressão dominante de que a Babilónia foi fundamentalmente a terra dos templos⁵⁴.

Dois conceitos fundamentais: **Economia de Prestígio e Economia Familiar**

Em termos teóricos, as economias do templo e do palácio podem designar-se como a “casa” – no sentido amplo de uma “household” – *oikos* em grego, é em sumério, *bîtum* em acádico⁵⁵.

O proprietário, *lugal* ou *en* em sumério, e *šarrum*, *bēlum* ou *enum* em acádico, respectivamente, era assistido por pessoal pertencente à “Casa”, o qual estava hierarquicamente organizado. A área das casas particulares de um templo era determinada pela possível existência de várias dessas casas.

Dentro de uma cidade, era também determinante a posição hierárquica do deus, enquanto proprietário fictício ou senhor da Casa do Templo.

A extensão da “Casa” do palácio era geralmente limitada pela extensão da cidade-estado mesopotâmica e das suas potencialidades⁵⁶.

A “Casa” do Palácio, consistia em várias unidades ou existências, cada uma denominada de *ekallum*.

Estavam todas integradas ou coordenadas sob a liderança de um dirigente próprio. Esta espécie de organização era restrita ao tamanho moderador das identidades políticas, típicas da maior parte dos períodos da Mesopotâmia antiga.

Contudo, por vezes existiam dificuldades em coordenar tais “casas”; por exemplo, no período da III dinastia de Ur, os dirigentes estiveram confrontados com o problema numa magnitude nunca antes experimentada.

Uma situação comparável teve de ser enfrentada por Hammurabi depois deste ter colocado toda a Mesopotâmia sob o seu controlo. Hammurabi pretendeu amparar eficientemente a base económica da Coroa, subordinando as “casas” do templo ao controlo directo da administração do palácio; o processo de secularização sob este monarca, aparentemente, não produziu efeitos duradouros⁵⁷.

Parece que a sua administração foi deficiente do ponto de vista de gestão por parte dos dirigentes da III dinastia de Ur, uma questão fulcral devido ao tamanho e complexidade do seu império.

As principais actividades económicas das “casas” dos templos e do palácio eram a agricultura cerealífera, tâmaras, cultivo de palma e pecuária.

O papel do Palácio, na recolha, distribuição e permuta de mercadorias era essencial, embora este se livrasse, quanto possível, desse tipo de actividades.

A maior parte das funções eram entregues a indivíduos obrigados a pagar uma renda ou a proceder a trabalhos por conta do palácio. Em grande parte a responsabilidade ia para o *tamkārūm*, normalmente traduzido por “mercador”.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ Alguns autores utilizam a expressão “*Prestigewirtschaft*” para designarem a economia de prestígio ou de ostentação. Ver IGNACE J. GELB, “Household and Family in Early Mesopotamia” em *Orientalia Lovaniensia Analecta*, 5, Leuven, Departement Oriëntalistiek, 1979, p. 2.

⁵⁶ Cf. *ib.*, p. 5.

⁵⁷ Ver *ib.*, p. 3

Os restantes campos de actividade eram entregues a empresários privados, denominados *iššakkum*, que também pagavam ao Palácio em géneros a partir das colheitas⁵⁸. Os rebanhos de animais pertencentes ao palácio eram geridos de forma idêntica.

Tal forma de delegar o trabalho a pessoal não pertencente à “Casa do Palácio”, libertava este da preocupação de encontrar uma larga força de trabalho, a qual só poderia ser empregue sazonalmente.

O que se descreve em muitas obras como *Palastgeschäft* são certas actividades económicas e como estas eram conduzidas. A noção não chega, em si, para conceptualizar as actividades económicas de uma “casa” institucional como a do Palácio. Talvez tenha existido o *Palastgeschäft* na Lagaš pré-sargónica e posteriormente na Uruk neobabilónica.

A noção demonstra, contudo, a interacção da economia institucional e outros segmentos da sociedade. Porque muitos dos membros da sociedade faziam parte de um esforço de exploração das riquezas naturais da Baixa Mesopotâmia, os camponeses e as suas famílias viviam no campo, viviam das suas pequenas porções de terra, pagando rendas ou arrendando serviços ao palácio. Viviam ao nível da subsistência, mas criando a base material para o consumo do palácio ou do templo.

Os membros da hierarquia administrativa na sua maior parte concentrados em cidades participavam na exploração da riqueza do país enquanto empresários, conduziam o *Palastgeschäft*. Deste modo possuíam uma ampla oportunidade para acumular riqueza.

Os princípios utilizados pelo palácio para a condução das suas actividades económicas eram idênticas às empregues pelas “casas” do templo.

À parte dessas actividades, o templo possuía um pessoal próprio, quer para o culto quer para a gestão; desempenhando ainda um importante papel de tipo caritativo.

O templo cuidava de todos os proscritos da sociedade, o pobre e o indigente, o aleijado, o órfão e a viúva. Tal instituição designava-se de *a-ru-a*⁵⁹.

O templo deveria pagar o resgate dos cidadãos que fossem capturados pelo inimigo. O templo provia ainda empréstimos aos necessitados. Este papel tradicional do templo era uma inovação proveniente da era babilónica antiga.

Eram o *status* e o prestígio que contavam. Acumulação de riqueza, e não a criação de capital-trabalho, é a questão essencial desta problemática.

Tanto os empresários privados – *entrepreneurs* – como os restantes membros da sociedade tinham o estatuto e o prestígio como determinantes sociais.

As explorações agrícolas pertencentes ao templo destinavam-se principalmente à obtenção de alimentação para os deuses. Mas qual seria o propósito das explorações similares pertencentes ao Palácio?

A obtenção dos géneros necessários ao Rei e à corte eram garantidos facilmente; contudo, as Casas do Palácio garantiam um rendimento muito maior do que o que era utilizado, melhor dizendo consumido.

Tal excedente não era consumido nem reinvestido, mas armazenado, acumulado sob a forma de tesouro. Teremos, pois, de ter em conta que o tesouro real não era capital-trabalho.

⁵⁸ Ver C.J. GADD, “Hammurabi and the End of his Dynasty” em *Cambridge Ancient History*, vol. II, Cambridge, Cambridge University Press, 1965, p. 12.

⁵⁹ Cf. JOHANNES RENGGER, «Interaction of Temple, Palace, and “Private Enterprise” in the Old Babylonian Economy» em *Orientalia Lovaniensia Analecta*, 5, Leuven, Departement Oriëntalistiek, 1979, p. 254. Ver E. LIPINSKI, “Les Temples Néo-Assyriens et les Origines du Monnayage”, em *Orientalia Lovaniensia Analecta*, 6, Leuven, Departement Oriëntalistiek, 1979, p. 587.

O que contava era, portanto, o prestígio e o estatuto. Tal era extensivo a outros membros da sociedade⁶⁰. À maximização dos lucros, na concepção moderna da Economia, opõe-se neste caso a *Prestigewirtschaft* – economia de prestígio. Não estamos perante uma sociedade mercantil. As sociedades antigas conduziram-se bastante pelo consumo de ostentação e de prestígio, como se encontra demonstrado para outras regiões, como é o caso do Egipto⁶¹.

Conclusão

Os templos foram centros de devoção e fervor religioso, poder político e riqueza económica. Pesaram nas decisões de muitos soberanos por via da ligação estabelecida entre o “divino” e o “político”. Apesar de algumas rivalidades, podemos dizer que os templos, e o que eles representavam, serviram com eficácia os propósitos dos monarcas porque os designios dos deuses justificaram as acções régias. Os santuários foram uma organização fundamental para a economia mesopotâmica, se bem que, conforme as épocas, conflituando ou servindo o Palácio. Embora fazendo parte da *Prestigewirtschaft*, os templos foram essenciais na organização do trabalho, na exploração agrícola e na acumulação de riqueza de uma dada região. Em muitos lugares a economia do templo identificava-se com a economia regional.

⁶⁰ Ver JOHANNES RENGGER, “Interaction of Temple, Palace, and «Private Enterprise» in the Old Babylonian Economy”, em *Orientalia Lovaniensia Analecta*, 5, Leuven, Departement Oriëntalistiek, 1979, p. 255.

⁶¹ Sobre este assunto ver S. MORENZ, *Prestigewirtschaft im alten Ägypten*, Munique, Bayerische Akademie der Wissenschaften, 1969. Ver A.L. OPPENHEIM, “La historia económica mesopotámica a vista de pájaro” em *Comércio y Mercado en los Imperios Antiguos*, Barcelona, Editorial Labor, 1976, p. 82.